X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

**O TRABALHO VOLUNTÁRIO: UMA ANÁLISE DE RELATOS DE
VOLUNTÁRIOS DO LAR DOS VELHINHOS SEGUNDO A PSICOLOGIA
HISTÓRICO-CULTURAL**

Michelle Aparecida Ferreira dos Santos (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá-PR, Brasil);

Zaira Fátima de Rezende Gonzalez Leal (Professora, doutora, orientadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá-PR, Brasil).

contato: michellesantos1987@hotmail.com

RESUMO

Na sociedade regida pelo Capital, onde as relações sociais são marcadas pelo individualismo, surge um tipo de ação que aponta em direção à contradição: o voluntariado no terceiro setor. Na ausência de políticas públicas efetivas que garantam os direitos pelos quais o Estado não tem o interesse de viabilizar, a sociedade além de se preocupar, passa a também se responsabilizar por tal intervenção. Desta forma, a seguinte pesquisa tem o objetivo de analisar o trabalho voluntário, sua história, suas contradições, e compreender o sentido subjetivo do voluntariado e seu impacto na formulação de novos motivos de vida para o sujeito. Trata-se de uma proposta de pesquisa de campo com seis voluntários em atividade na instituição Lar dos Velhinhos – Maringá – PR, e posterior análise qualitativa a partir da psicologia histórico-cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Voluntariado, Capitalismo, Psicologia Histórico-Cultural.

INTRODUÇÃO

A seguinte pesquisa em desenvolvimento, está diretamente vinculada a minha trajetória profissional e inquietações pessoais enquanto cidadã preocupada com o sistema econômico perverso que multiplica e naturaliza as desigualdades.

Impulsionada por um ingresso rápido no mercado de trabalho após a conclusão do curso de psicologia, iniciei minha trajetória profissional como educadora voluntária em uma ONG. Nesta atividade percebi as discrepantes desigualdades, bem como as dificuldades encontradas pelas instituições de terceiro setor em realizar algo além de seu alcance com a pequena quantidade de recursos e a morosidade do Estado em responsabilizar-se na garantia

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

de direitos de crianças e adolescentes. Gradativamente percebia que a atuação ia além do discurso da caridade e da solidariedade, mas que era preciso um pensamento voltado a própria coletividade, desenvolvimento de autonomia e estimular o pensamento crítico deste público. Como não havia o suporte financeiro devido do Estado, tal instituição social contava com apoio da sociedade civil organizada com doações e promoções para arrecadação de fundos.

Foi na Psicologia Histórico-cultural onde encontrei as respostas para as demandas apresentadas contextualizando aquele sujeito em determinado momento histórico, cultural, social, político, econômico para além de sua personalidade individual. Neste momento, também percebi o quanto os discursos e atuações são contraditórias, onde ora se colabora com o próximo e ora se reforça as situações de desigualdades, ora se cobra do Estado, ora se ocupa do papel deste, entre outras diversas contradições.

Os incentivos da mídia como o programa “Amigos da Escola”, “Criança Esperança”, “Teleton” também me angustiavam, escancaravam esta contradição. Grandes empresas de telecomunicação detentoras de um acúmulo de capital incentivando ações pontuais da sociedade civil ligada a um discurso de transformação social, generosidade, solidariedade etc.

A história do trabalho voluntário no Brasil é muito antiga e percebemos que também muito incentivada. “A ação voluntária é muitas vezes valorizada pelo mercado, organizada pelo marketing social e pela mídia de massas” (Fagundes, 2006, p. 98a).

Segundo a pesquisa quantitativa do IBOPE realizada em 2011, 25% da população brasileira declara que faz ou fez serviço voluntário; destes, 87% declaram estar motivados com o trabalho, 10% declaram-se neutros e apenas 2% se declaram desmotivados. Afinal, o que está por trás desta ação em sua essência, visto que as pessoas têm buscado esta atividade e permanecido nela? Quais são os sentimentos gerados no voluntário a partir da realização deste trabalho sem remuneração? O número é considerável e os anseios frente a este fenômeno para além da aparência também, visto que é uma atividade não remunerada em uma sociedade

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

capitalista onde a função do trabalho muitas vezes está ligada ao salário que permitirá suprir necessidades e não no trabalho como realização em si.

No Brasil o trabalho do voluntário foi instituído pela Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que define em seu art. 1º a atividade voluntária como:

A atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. (Brasil, Lei nº 9608, 1998, art.1)

Para responder a tantas indagações, foi preciso iniciar uma investigação deste fenômeno em sua totalidade, nas suas contradições e no seu movimento histórico. Conforme aponta Tanamachi (2007, p. 75), o marxismo é uma reflexão filosófica que auxilia muito a psicologia na medida em que se articula com ela por fundamentar seu objeto de estudo objetivando-o. Partindo da base epistemológica do materialismo histórico-dialético e da psicologia histórico-cultural se objetivará analisar e compreender o objeto de pesquisa, o trabalho voluntário.

Sendo assim, realizaremos um resgate histórico do mesmo e dos fatos atrelados a esta história: a assistência, a origem das entidades do terceiro setor (ONGs) e o trabalho voluntário caminharam juntos. É preciso conceituá-los historicamente e compreender que as modificações políticas estão atreladas a reprodução econômica capitalista, que gera milhões de excluídos do processo produtivo e alvos da assistência social que, conforme Fagundes (2006), fazem surgir inúmeros trabalhos que procuram dar respostas às necessidades sociais. Compreender a história da luta de classes é de fundamental importância para entender o voluntariado nas instituições do terceiro setor para se ter a dimensão de como culminou no surgimento de uma política pública para suprir esta necessidade. Apesar de utilizarmos a

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

ordem cronológica para apresentação dos fatos, será apenas uma forma de exposição do mesmo para localizar o leitor, pois a história não é linear.

Em geral, a ação voluntária emerge dos problemas sociais advindos de um determinado momento histórico, porém, o perfil foi se modificando ao longo dos anos. Segundo Borba (2001), no período colonial a caridade era desempenhada no Brasil individualmente e com intuito religioso, afinal não havia culpa pelas diferenças sociais estabelecidas, pois a pobreza era nivelada como pecado. Desta forma, inicialmente o perfil do voluntário tal como é visto hoje, ligado à assistência social, não existia, mas era vinculado a influência religiosa. No ano de 1543, segundo Montañó (2008), podemos destacar a criação da primeira entidade do país para atender desamparados, a Irmandade da Misericórdia, instalada na capitania de São Vicente.

Conforme aponta Hobsbawn (2012) a Revolução Industrial Inglesa e a mudança política da França foram grandes marcos dos anos 1749 a 1848 que resultaram no “triunfo de uma nova sociedade”. Conforme aponta o autor: “Por baixo e em volta dos empresários capitalistas, os ‘pobres proletários’, descontentes e sem lugar, que agitavam e se insurgiam. Os anos de 1830 e 1840 foram uma era de crises, cuja saída apenas os otimistas ousavam prever. (Hobsbawn, 2012, p. 18)

Percebe-se neste contexto histórico um momento de grandes transformações, intensificando a desigualdade social e a marginalidade. Não há mudança no sistema que não influencie a forma de organização de uma sociedade.

A classe operária vivia na instabilidade pois não possuía reservas. Era considerado privilégio aqueles que podiam viver de economias por algumas semanas. (Hobsbawn, 2012, p.228-229). Segundo o autor, aproximadamente em 1860 o capitalismo passa a ser a nova roupagem econômica e política do mundo e as influências deste sistema passam a modificar consequentemente todas as esferas, culminando no aumento das desigualdades.

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

Com a crise de 1929 e o aumento do desemprego, o Estado passou a intervir para superação e manutenção do capitalismo. Segundo Fagundes (2006), “[...] o Estado deveria intervir no mercado contrapondo-se ao desemprego e aumentando a produção, dando, dessa forma, suporte para a constituição do Estado de Bem-Estar ou *WelfareState*.” (2006, p.89). Segundo Montaña (2008), com o avanço do sistema econômico capitalista, o Estado de Bem-Estar social precisou se restringir, pois com o neoliberalismo o Estado precisava retirar dos cidadãos para injetar investimentos no mercado.

Segundo Borba (2001), após a Primeira Guerra Mundial, o Brasil buscou alavancar um processo de produção própria para suprir a escassez causada pela guerra, intensificando os problemas sociais, mobilizando as pessoas a agirem para o desenvolvimento da cidade e ações pontuais, ainda com caráter caridoso e religioso. Porém, somente na Era Getúlio e no Governo de Juscelino Kubitschek houve uma maior industrialização no país. No final da Segunda Guerra Mundial, coincidindo com final do Governo Vargas, em 1945 ocorreu o início de uma remodelação no país, sendo chamado como período da redemocratização, caracterizado pela abertura política e organização social. Com a urbanização houve a construção da atuação da elite econômica onde se deu o surgimento das Leis de proteção com o estado populista.

É por volta de 1940 que começa a ser conhecido o termo ONG – Organização Não-Governamental, criado pela ONU “para designar entidades não-oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, dentro de uma filosofia de trabalho denominada desenvolvimento de comunidade no pós-guerra”, conforme destaca Machado (2012, p. 3488). Tais instituições surgiram para dar suporte à camada da população marginalizada vítima do sistema capitalista a qual o governo passa a subsidiar, com um custo menor do que se assumisse para si toda responsabilidade.

Conforme destacado pela autora, originada na América Latina, foi estrategicamente pensada para manutenção do sistema capitalista na busca de superar o atraso e o

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

subdesenvolvimento. Trata-se do “Nacional Desenvolvimentismo” (1930-1964), cujas políticas desenvolvimentistas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI.” (Machado, 2012, p. 3488-3489). Este desenvolvimento buscava modernização e progresso por meio do crescimento econômico. Além desse progresso, havia uma preocupação contra o comunismo que causava ameaça com a Guerra Fria, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial: “No âmbito social, uma das estratégias era financiar ações comunitárias e incentivar movimentos de promoção social nos países do chamado “Terceiro Mundo.” (Machado, 2012, p. 3489)

Conforme aponta Machado (2012), a origem do termo ONG (Organização Não-Governamental) foi vinculada às ONGDs – Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento, termo este utilizado em países de primeiro mundo. Já os países latino-americanos conheciam tais instituições pelo termo “Centros populares”, gradativamente passando a serem chamados de ONG. A autora enfatiza: “[...] as Organizações Não-Governamentais continuaram a surgir na América Latina buscando contribuir com o desenvolvimento do sistema capitalista por meio do abrandamento das questões sociais advindas deste mesmo sistema.” (Machado, 2012, p. 3490)

Foi também neste mesmo período que surgiu o Fundo das Nações Unidas Para Infância-UNICEF, dando assistência emergencial a crianças na Europa, no Oriente Médio e na China. No ano de 1950, foi instalado o primeiro escritório do UNICEF no Brasil, na cidade de João Pessoa-PB. É importante destacar que foram surgindo gradativamente, ao longo da história, instituições sociais distintas que buscavam assegurar os direitos das pessoas segundo uma causa específica (idosos, crianças e adolescentes, mulheres, gestantes, pessoas com necessidades especiais, indígenas, entre outros).

Borba (2001) ressalta que a partir da década de 1970, no Brasil, houve um grande avanço no fortalecimento da sociedade civil, na criação de ONGs em oposição ao estado

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

autoritário. Foi nesta época, inclusive, que houve a promulgação de uma revisão do Código de Menores, pela Lei n.º 6.697, de 10 de outubro de 1979. Percebe-se assim, que ao longo da história, as legislações também passam a se alterar na busca da garantia destes direitos, mas por trás disso, garantir que haja manutenção deste sistema.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada como um período de transição pós-governo ditatorial frente à democratização, com diversos obstáculos, pois havia muitas insatisfações na população, além disso, buscava-se superar a crise econômica e garantir o desenvolvimento.

Neste período, a esfera privada passa a se fortalecer em detrimento da esfera pública o voluntariado e as empresas passam a assumir tais responsabilidades antes tidas como do Estado: “há um tipo de convocação à maior participação das pessoas no combate à miséria e à desigualdade social, que sugere o engajamento dessas em atividades beneficentes e voluntárias” (Fagundes, 2006, p. 93).

Cabe ressaltar que no Governo de José Sarney (1985) foi criada a Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC (Decreto 91.500/1985), que tinha como função primordial na área social o repasse de recursos com características fundamentalmente políticas.

Frente a este contexto e vinculado as ONGs, Machado (2012) complementa que há uma preocupação do Estado e principalmente do mercado em não provocar descontentamento social, visto que as desigualdades provocadas pelo capitalismo eram evidentes.

A Constituição Federal de 1988 foi o impulsionador gradativo da regulamentação legal embasada na democracia e nos direitos sociais onde a Assistência Social foi inscrita no campo de direitos sociais de responsabilidade do Estado. Depois deste marco podemos destacar a Lei Orgânica de Assistência (07/12/1993), a Política Nacional de Assistência Social (Resolução 145 de 15/10/2004), que organizou a proteção social por níveis de proteção, a NOB SUAS (de 15/07/2005) que tende a organizar e regular o SUAS no território Nacional; a NOBSUASRH em 2006 que normatiza os recursos humanos do SUAS, a Tipificação

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

Nacional dos Serviços Socioassistenciais (de 12/11/2009), que padroniza os serviços socioassistenciais por níveis de complexidade.

Neste cenário, houve um aumento da população em situação de vulnerabilidade social, surgindo novas figuras preocupadas e comprometidas com a superação de toda esta situação, incluindo os movimentos sociais, associações civis, ONG's, entre outros, que exigiam do setor assistencial práticas inovadoras para responder a esta demanda, focada em uma política social mais ampla, que acarretou em discussões sobre possíveis caminhos para sua concretização, vinculada ao direito a seguridade social. A ideologia neoliberal contaminada pelo sistema econômico capitalista passa a ter um novo discurso, segundo Fagundes (2006, p. 90): “somente as ações individuais por serem ímpares seriam edificadoras da liberdade e do direito às diferenças.” Vemos aqui, uma inversão, onde há mais preocupação com a moral pessoal em realizar este tipo de atividade como dever da sociedade, e não do Estado, no atendimento das necessidades cidadãos. Mais do que incentivar, há uma alteração nas legislações para este fim, onde inclusive empresas privadas passam a ser isentas de impostos quando promovem ações sociais:

Em contrapartida, apesar de a legislação beneficiar, através de isenção de impostos, as empresas e incentivar a chamada “sociedade civil” para dar respostas à “questão social”, a situação de pobreza e exclusão da grande massa dos trabalhadores brasileiros tem se agravado. (Fagundes, 2006, p. 97)

Percebe-se, além disso, que as ações voluntárias, sejam de pessoa física e/ou jurídica, sempre partem de uma relação entre um que possui mais e outro que possui menos, do mais para o menos favorecido, intensificando as desigualdades, gerando no indivíduo que pratica a ação voluntária um status de benfeitor:

Quando não se crê mais nas promessas da política, do progresso e do Estado, resta a

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

moral. Todavia essa emergência pela ética, pela solidariedade em relação aos mais desvalidos, nesse “show business” pode propiciar é a banalização dessas ações, não raro, conceder uma “ajuda” é algo inclusive desejado transformando-se num símbolo de status, de diferenciação social. (Fagundes, 2006, p. 100)

Existe uma história que não deve ser ignorada e interesses políticos e econômicos que influenciam diretamente no perfil das pessoas e no que as leva a realizar este tipo de atividade. O voluntário é antes de tudo um ser histórico-cultural que produz comportamentos e tem sentimentos gerados propriamente deste contexto de várias determinações e contradições. Mas afinal o que de fato as pessoas buscam suprir ao realizar este trabalho voluntário? Acreditamos que existem necessidades atuais criadas pelo próprio sistema que não conseguem dar conta do desenvolvimento pleno dos indivíduos, em outras palavras, de lhes dar "sentido", restando a opção pela ajuda ao próximo:

Nesse contexto, as pessoas buscam outros espaços para a atuação e o exercício das práticas sociais, fazendo crescer movimentos que satisfaçam necessidades que o Trabalho, sob o Capital, deixou de suprir. A atuação voluntária parece preencher tais lacunas, permitindo àqueles que se envolvem nesse movimento encontrarem diversos níveis de satisfação de suas necessidades individuais. (Caldana; Figueiredo, 2009, p. 472)

Os diversos questionamentos acerca deste objeto de pesquisa, o voluntariado, passam a permear o campo da psicologia na busca pela compreensão do sentido subjetivo do voluntariado e seu impacto na formulação de novos motivos de vida para o sujeito e até mesmo na coletividade, segundo a psicologia histórico-cultural. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico dos trabalhos produzidos nesta área na psicologia; em seguida traçamos uma fundamentação teórica retomando o histórico da sociedade de classes e o

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

quanto a exploração do homem pelo homem acentuou a desigualdade para origem das políticas de assistência social culminando no voluntariado como é atualmente.

Desta forma, por meio de uma pesquisa de campo realizada com voluntários que lidam diretamente com o usuário da instituição Lar dos Velhinhos, do município de Maringá, escolhidos aleatoriamente e ativos em 2016, busca-se analisar o trabalho do voluntário nesta instituição do terceiro setor; seu discurso perante esta atividade e este usuário; bem como compreender os impactos desta atividade na vida do indivíduo segundo a psicologia histórico-cultural.

METODOLOGIA

A seguinte dissertação buscará compreender o sentido subjetivo do voluntariado e seu impacto na formulação de novos motivos de vida para o sujeito e até mesmo na coletividade, segundo a psicologia histórico-cultural. Para tanto buscou-se analisar utilizando do método do materialismo histórico-dialético para compreensão deste objeto de estudo.

A seguinte pesquisa foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas. A revisão bibliográfica se norteou a partir de leituras de materiais que contribuam para fundamentação teórica acerca do objeto de pesquisa.

Visando compreender o objeto de estudo, no caso o voluntário, buscamos na literatura científica nacional, os conteúdos necessários para embasar este trabalho. Considerando que o trabalho voluntário hoje está ligado diretamente à área da assistência social e que a área da psicologia será o foco principal de investigação deste objeto, realizamos um levantamento bibliográfico utilizando as seguintes palavras-chaves: políticas públicas, assistência social e psicologia. Realizamos esta busca nos periódicos indexados pela Capes, no Scielo Brasil

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

artigos e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) Psicologia, acreditando na qualidade e segurança em relação a pesquisas científicas destas bases de dados.

Na pesquisa realizada no portal da Capes, foram encontrados 53 artigos nacionais, destes, apenas 12 foram selecionados por acreditarmos apresentar relevância, pois traçam a história da assistência social e a atuação do psicólogo neste campo. Os demais focam na área da saúde (Sistema Único de Saúde-SUS, atuação interdisciplinar em Unidades Básicas de Saúde-UBS entre outros) ou de públicos específicos atendidos pela assistência social (população em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas, entre outros) não caracterizando o tema a ser explorado que é sobre o voluntariado especificamente. Já no Scielo, apenas 5 artigos foram encontrados, apresentando também um pouco da história da assistência, mas logo em seguida partindo para o tema proposto, seja análise de um perfil de público-alvo atendido pela assistência social ou explanando sobre a atuação do psicólogo nesta área.

Partindo deste levantamento realizado, observamos que poucas referências foram encontradas, o que reforça a relevância desta pesquisa. A fundamentação teórica será de suma importância para fundamentar o trabalho e correlacionar os resultados das entrevistas.

A análise documental se realizou com as fichas cadastrais dos voluntários inscritos no programa para seguinte contato e agendamento. Já a pesquisa de campo foi realizada inicialmente por meio de um levantamento de dados encontrados nas fichas de voluntários atendidos na entidade de terceiro setor denominada Lar dos Velhinhos do município de Maringá. A instituição foi escolhida pela facilidade de acesso da pesquisadora com os profissionais e a entidade em si. As fichas dos voluntários foram escolhidas aleatoriamente, onde realizamos um contato com os voluntários em atividade para ver a disponibilidade de agendamento. A entrevista foi aberta pois segundo Quaresma (2005, p.74) o pesquisado tem o máximo de liberdade de expor o assunto a ser investigado. Segundo Minayo (2001) é comum

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

realizar o processo de entrevista na pesquisa de campo buscando trazer a “*fala dos atores sociais*” que trazem importantes aspectos objetivos e subjetivos do entrevistado.

Os materiais para coleta de dados utilizados foram: documento de anuência da instituição (elaborado e entregue um documento solicitando a autorização da diretora do Lar dos Velinhos); termo de consentimento livre e esclarecido (documento apresentado aos participantes - voluntários maiores de 18 anos- para que, a partir da leitura e explicação do mesmo, tenham conhecimento dos objetivos da pesquisa e o assinem demonstrando sua concordância em participar desta pesquisa); roteiro de entrevista (elaborado pela pesquisadora para colher as informações acerca do voluntariado); e o gravador (utilizado durante a entrevista mediante autorização de cada entrevistado).

Depois de coletadas as entrevistas elas foram transcritas para seguinte análise qualitativa com intuito de compreender a essência deste trabalho para o voluntário e os sentimentos gerados a partir deste.

Por envolver pesquisa com seres humanos, esta passou anteriormente pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Maringá.

RESULTADOS PARCIAIS

A seguinte pesquisa obteve parecer favorável documentado em 22/02/2017 pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Maringá, CAAE: 63778317.0.0000.0104.

Conforme destacado anteriormente, para realizarmos a pesquisa de campo fizemos uma seleção da lista de 20 voluntários agendando aleatoriamente as entrevistas conforme interesse e disponibilidade. Foi cedido um espaço dentro da própria instituição para realização destas coletas conforme apresentado na metodologia. Após entrevistas as mesmas foram transcritas para melhor visualização das informações e seguinte análise.

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

A pesquisa está se estruturando inicialmente em sua fundamentação teórica retomando a história da sociedade de classes e o quanto a exploração do homem pelo homem acentuou a desigualdade para origem das políticas de assistência social. Em seguida, expondo sobre a história do voluntariado no Brasil e sua ação na assistência social. Por tratar-se de voluntários que lidam com público-alvo idosos também achamos relevante a compreensão da velhice enquanto estágio de desenvolvimento. Por fim, buscaremos traçar o perfil dos voluntários entrevistados do Lar dos Velhinhos e compreender o sentido do voluntariado e seu impacto na formulação de novos motivos de vida para o sujeito.

Entrevistamos seis voluntários, cinco pessoas do sexo feminino e apenas um do sexo masculino. Todos os entrevistados possuíam mais de 35 anos de idade. Superficialmente observamos nas transcrições que falas como: *“Prazer”*. *“Acrescenta vida”*. *“Ser útil”*. *“Ajudar”*. *“Ser mais humano”*. *“A gente se ajuda.”* *“a realização humana, o conceito de mulher, o conceito de filha de Deus, o conceito de ser humano.”* foram recorrentes demonstrando mais satisfação pessoal de quem pratica a ação do que uma realização para o outro ou para a coletividade.

Percebemos no contexto atual que o homem está buscando outros meios de exercer práticas que de fato satisfaçam necessidades que o capitalismo deixou de preencher.

O operário moderno se aliena no trabalho, perdendo-se de si próprio. Nas grandes fábricas, a atividade do proletário não é espontânea, não lhe pertence, sendo dirigida contra ele, independentemente dele. O trabalhador não relaciona-se com a atividade produtiva, como alguma coisa estranha, exterior a si próprio, que não pertence a sua natureza (Martinelli, 2009, p. 79).

No caso, o trabalho não é mais um meio de satisfação, mas o salário é que é utilizado para satisfazer a necessidade dos homens. O espaço das instituições sociais ganha força a

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

medida em que “ocupam” uma parcela da atividade em ações de voluntariado.

Neste caso o trabalho voluntário não está isento destas influências, visto que não busca remuneração para tal, mas prover outras necessidades, a serem investigadas nesta pesquisa.

Buscaremos com esta pesquisa realizar a análise das informações coletadas das entrevistas explorando ainda mais estes relatos utilizando-se do método do materialismo histórico-dialético para compreensão do nosso objeto de estudo, o voluntariado.

REFERÊNCIAS

- Borba, E. R. L. (2001). *Terceiro Setor: responsabilidade social e voluntariado*. Elisabete Regina de Lima Borba (Org.), Lenyr Rodrigues Borsa, Roldite Andreatta. – Curitiba: Champagnat.
- Brasil. *Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998* que dispõe sobre o Trabalho Voluntário.
- Caldana, A. C. F.; Figueiredo, M. A. C (2008). O Voluntariado em questão: a subjetividade permitida. *Psicologia ciência e profissão*. Brasília, v.28, n.3, p. 466-479, 2008. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932008000300003&script=sci_arttext. Acesso em: 23 ago. 2015.
- Duarte, Newton (1996). A escola de Vigotski e a educação escolar (hipóteses para uma leitura pedagógica da Psicologia Histórico Cultural). Em: Duarte, Newton (Org.) *Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski*(pp.75-106).Campinas: Autores Associados.
- Duarte, N. (2004). *Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev*. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p.44-63. Disponível em<<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v24n62/20091.pdf> >. Acesso em: 23 ago. 2015.
- Fagundes, H. S (2006a). *As Repercussões do Voluntariado e da Solidariedade nas Políticas Sociais no Brasil*. Sociedade em Debate, Pelotas, 12(1): 87-102, jun. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/viewFile/438/392>>. Acesso em 18/11/2015.
- Hobsbawn, E. J. (2002). *A era do capital – 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ibope (2011). Pesquisa Projeto Voluntariado Brasil 2011. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/conhecimento/relatoriospesquisas/Lists/RelatoriosPesquisaEleitoral/OPP%20110274%20-%20CVSP%20Voluntariado%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 23 de out. 2015.

X Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
UEM – Mestrado e Doutorado 03 a 07 de Abril de 2017
Universidade Estadual de Maringá ISSN 2358-7369

- Machado, A. M. B. (2012). *O Percurso Histórico das ONGS no Brasil: Perspectivas e desafios no campo da educação popular*. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa– Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/5.05.pdf>. Acesso em: 22 de out. 2015.
- Martinelli, M. E. *A deterioração dos direitos de igualdade material no neoliberalismo*. Campinas: Millennium Editora, 2009.
- Montaño, C. (2008). *Terceiro setor e questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 5 ed. São Paulo: Cortez.
- Minayo, M. C. S. (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Quaresma, S. J. e Boni, V. (2005). *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2, p. 68-80. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 02 de jan. 2017.
- Tanamachi, E. R. (2007). A psicologia no contexto do materialismo histórico dialético: elementos para compreender a psicologia histórico-cultural. In: MEIRA, Marisa Eugênia Melillo e FACCI, Marilda Gonçalves Dias (Orgs.). *Psicologia Histórico-Cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p.63-92.